



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

DÉBORA LUCIARA DA SILVA GOMES
EDUARDO DE MELO SANTOS

JUVENTUDES E ENEM: SENTIDOS PEDAGÓGICOS DA FORMAÇÃO NO
ENSINO MÉDIO

Maceió
2026

DÉBORA LUCIARA DA SILVA GOMES
EDUARDO DE MELO SANTOS

**JUVENTUDES E ENEM: SENTIDOS PEDAGÓGICOS DA FORMAÇÃO NO
ENSINO MÉDIO**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Educação (Cedu), da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Felix da Silva

Maceió
2026

DÉBORA LUCIARA DA SILVA GOMES
EDUARDO DE MELO SANTOS

**JUVENTUDES E ENEM: SENTIDOS PEDAGÓGICOS DA FORMAÇÃO NO
ENSINO MÉDIO**

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 15/06/2026.

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Felix da Silva (CEDU/UFAL)

Comissão Examinadora

Documento assinado digitalmente
 JEANE FELIX DA SILVA
Data: 04/07/2026 10:22:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
Profa. Dra. Jeane Felix da Silva (CEDU/UFAL)
Presidente

Documento assinado digitalmente
 IVANILDO GOMES DOS SANTOS
Data: 23/06/2026 16:51:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
Prof. Dr. Ivanildo Gomes dos Santos (CEDU/UFAL)
2º Membro

Documento assinado digitalmente
 JULIO CEZAR GAUDÊNCIO DA SILVA
Data: 23/06/2026 14:18:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
Prof. Dr. Júlio Cezar Gaudêncio da Silva (ICS/UFAL)
3º Membro

JUVENTUDES E ENEM: SENTIDOS PEDAGÓGICOS DA FORMAÇÃO NO ENSINO MÉDIO

Youth and the ENEM: Pedagogical Meanings of Education in High School

Débora Luciara da Silva Gomes¹

Eduardo de Melo Santos²

Prof^a. Dr^a. Jeane Felix da Silva³

RESUMO

Este trabalho visa analisar como o currículo do Ensino Médio vem sendo estruturado pedagogicamente a partir da centralidade atribuída ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e de que maneira essa organização repercute na formação das juventudes escolares, considerando as mudanças promovidas pela Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). A investigação caracteriza-se como qualitativa, bibliográfica e documental, sendo desenvolvida por meio da análise de produções acadêmicas, legislações e documentos oficiais relacionados à temática. Ao longo do estudo, observou-se que a forte influência do ENEM tem direcionado práticas pedagógicas, planejamentos escolares e escolhas curriculares, contribuindo para uma organização do ensino voltada prioritariamente às exigências do exame e ao acesso ao ensino superior. Além disso, identificou-se que essa dinâmica produz impactos nas experiências escolares dos/as jovens, especialmente nas escolas públicas, evidenciando tensões entre as propostas curriculares e as diferentes realidades educacionais presentes no país. Conclui-se que a centralidade assumida pelo ENEM interfere diretamente nos sentidos pedagógicos atribuídos ao currículo do Ensino Médio, tornando necessária a ampliação dos debates sobre formação, juventudes e organização curricular no contexto educacional brasileiro.

PALAVRAS-CHAVES: ENEM, Currículo, Juventudes, Ensino Médio.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the High School curriculum has been pedagogically structured based on the centrality attributed to the National High School Examination (ENEM) and how this organization impacts the education of young students, considering the changes promoted by the Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) and the Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). The research is characterized as qualitative, bibliographic, and documentary, developed through the analysis of academic publications, legislation, and official documents related to the topic. Throughout the study, it was observed that the strong influence of ENEM has guided pedagogical practices, school planning, and curricular choices, contributing to an educational organization primarily oriented toward the requirements of the examination and access to higher education. Furthermore, it was identified that this dynamic affects the school experiences of young people, especially in public schools, highlighting tensions between curricular proposals and the diverse educational realities present in the country. It is concluded that the centrality assumed by ENEM directly influences the pedagogical meanings attributed to the High School curriculum, making it necessary to broaden debates on education, youth, and curriculum organization within the Brazilian educational context.

KEYWORDS: ENEM, Curriculum, Youth, High School.

¹ Graduanda em Pedagogia pela UFAL, E-mail: debora.gomes@cedu.ufal.br

² Graduando em Pedagogia pela UFAL, E-mail: eduardo.melo@cedu.ufal.br

³ Orientadora. Docente do CEDU/UFAL. E-mail: jeane.silva@cedu.ufal.br

1. INTRODUÇÃO

O ensino médio é a última etapa da educação básica, sendo aquela que antecede o ensino superior. Assim, configura-se como uma etapa fundamental na formação dos sujeitos, pois está situado entre a conclusão da educação básica e, em muitos casos, o ingresso ao ensino superior. Nesse sentido, salientamos que é relevante compreender como essa fase se organiza, suas finalidades, e de que maneira impacta na formação dos sujeitos, especialmente no que diz respeito às juventudes que vivenciam. Embora a Pedagogia não seja um campo de atuação docente no contexto do ensino médio, somos nós, profissionais pedagogos/as, que acompanhamos a coordenação do trabalho pedagógico dos/as professores/as também nessa etapa da escolarização.

Dessa forma, torna-se relevante refletir sobre como os currículos vêm sendo construídos e quais sentidos pedagógicos têm sido atribuídos a eles, especialmente no campo da Pedagogia. Embora este estudo não tenha como foco a análise direta dos currículos, reconhecemos que essa temática se apresenta como um dos elementos que motivam a escolha do tema, uma vez que atravessa a atuação dos profissionais da área. Esses/as profissionais, ainda em formação ou já atuantes, podem transitar por diferentes espaços, como a gestão educacional e os processos de organização e planejamento curricular, o que reforça a importância de discutir essa dimensão no contexto da pesquisa.

Seguindo uma ordem “cronológica” traçada pela sociedade capitalista e escolarizada em que vivemos, espera-se que após o ensino médio o/a estudante ingresse no Ensino Superior, por este motivo as instituições escolares propõem que todos/as os/as estudantes matriculados/as sejam direcionados a realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Cabe destacar, contudo, que essa trajetória não é acessada por todos os/as jovens estudantes, particularmente os/as mais pobres, que precisam abandonar a escola (muitas vezes sem, sequer, concluir o ensino médio) para se dedicar ao trabalho e, assim, contribuir com o sustento da própria família. Além disso, alguns desses/as jovens ingressam no ensino superior em instituições particulares com qualidade duvidosa, o que também têm impactos no futuro deste/a jovem (Dayrell, 2008).

Segundo fontes oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o ENEM foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1998, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (Aos fatos, 2025) e o seu objetivo inicial era avaliar o desempenho dos/as estudantes ao final da educação básica. O

ENEM surgiu como um dos pilares das reformas educacionais promovidas pelo Ministério da Educação e operacionalizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Naquele cenário, o Brasil buscava consolidar mecanismos de avaliação da educação básica que tinham como propósito a avaliação individual do desempenho do/a estudante ao término da educação básica.

Em sua versão inicial, o exame possuía um caráter estritamente voluntário e não se prestava ao ranqueamento para ingresso no ensino superior, tendo como principal finalidade avaliar o desempenho dos estudantes ao término da educação básica (INEP, 2018). Sua estrutura original, composta por 63 questões interdisciplinares e uma redação aplicada em um único dia (Vai cair no ENEM, 2023), buscava romper com o modelo tradicional de memorização de conteúdos. A proposta era avaliar competências e habilidades, priorizando a capacidade de interpretação, o raciocínio lógico e a resolução de problemas inseridos em contextos cotidianos.

No entanto, a função social do exame passou por uma metamorfose profunda a partir dos anos 2000. Segundo Montesanti (2021), o ponto de mudança ocorreu com a reformulação estrutural, em 2009, quando o ENEM foi integrado a políticas públicas de democratização do acesso à universidade, como o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). Essa transição reconfigurou o exame, que abandonou seu papel inicial de instrumento de autoavaliação para consolidar-se como o principal mecanismo de seleção para o ensino superior no país, alterando drasticamente tanto a logística de aplicação quanto o currículo das escolas de ensino médio brasileiras. Atualmente, trata-se de uma avaliação educacional que abrange todo o território brasileiro, sendo amplamente utilizado como critério de ingresso ao ensino superior em diversas instituições.

Nas últimas décadas, o ENEM consolidou-se como uma das principais portas de acesso ao ensino superior no Brasil (Montesanti, 2021) e, conseqüentemente, passou a exercer forte influência sobre os currículos escolares, que passaram a focar os seus conteúdos a partir daquilo que era avaliado no ENEM. Essa centralidade do exame não se limita aos resultados ou às políticas públicas de avaliação: ela atravessa o planejamento pedagógico, reorganiza prioridades curriculares e redefine o próprio sentido atribuído ao ensino médio. Nesse contexto, compreendemos que cada vez mais se torna evidente que a formação dos/as estudantes tem sido tensionada entre duas perspectivas: enquanto de um lado mostra a necessidade de garantir o desenvolvimento integral previsto pelas diretrizes

educacionais; de outro, apresenta a pressão crescente por desempenho e aprovação no ENEM por parte da sociedade, da família e da escola.

A escolha deste tema surge das nossas inquietações, construídas tanto como estudantes quanto como futuro(a) educador e educadora. Fomos estudantes do ensino médio entre os anos de 2017 à 2020 e, a partir das nossas diferentes realidades educacionais, já que um de nós foi estudante de escola pública e a outra de escola privada, supomos que o currículo do ensino médio vinha sendo progressivamente direcionado para atender às demandas do ENEM, o que frequentemente limitava a vivência de uma formação ampla, contextualizada e humanizada. No âmbito acadêmico, e em consonância com os debates provocados nas aulas em várias disciplinas como discentes do curso de Pedagogia, fomos despertando a pensar que reduzir o currículo a uma lógica de treinamento para provas, corre-se o risco de enfraquecer dimensões fundamentais da educação, como a construção do pensamento crítico, o exercício da autonomia intelectual e a formação cidadã, elementos esses que são essenciais para que os/as jovens compreendam seu papel social e atuem de maneira consciente na sociedade.

Com essas observações consideramos pertinente aprofundar acerca de como o currículo do ensino médio tem sido estruturado em função da preparação para o ENEM e de que maneira essa organização repercute na formação das juventudes escolares. Compreender essa temática é importante, sobretudo em um cenário marcado por transformações recentes, como a Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415 (Brasil, 2017) e as orientações da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018). Tais políticas apresentam uma concepção de juventude e de formação pautada na formação de competências individuais que interferem diretamente nas escolhas curriculares e nas experiências vividas pelos/as jovens nas escolas.

A relevância desta pesquisa reside, dessa forma, na necessidade de refletir sobre a qualidade da educação ofertada aos/as estudantes do ensino médio e sobre como ela tem respondido, ou não, às suas reais necessidades formativas. Ao problematizar a predominância dessa lógica de preparação para o ENEM, pretendemos contribuir para um debate pedagógico mais amplo, que considere não apenas o êxito ou o fracasso no exame, mas o direito de cada jovem a uma formação integral, inclusiva e principalmente significativa. Nesse sentido, a pesquisa busca apresentar caminhos e possibilidades para uma prática educativa que valorize a pluralidade das juventudes e que reafirme a escola como espaço de desenvolvimento humano, e não apenas de preparação para avaliações sejam internas ou externas como o ENEM.

Diante disso, este estudo foi organizado em torno da seguinte questão de pesquisa: Como a lógica de preparação para o ENEM tem orientado a construção dos currículos do ensino médio? A partir dessa questão, estabelecemos o seguinte objetivo geral: analisar como o currículo do ensino médio tem sido estruturado em função da lógica do ENEM e quais são os impactos dessa configuração na formação das juventudes escolares. De modo complementar, temos os seguintes objetivos específicos: mapear como o currículo do ensino médio vem sendo apresentado na produção acadêmica nacional; e refletir sobre os efeitos da lógica mercadológica, pautada nas competências individuais, nestes currículos.

2. CURRÍCULOS, JUVENTUDES E ENSINO MÉDIO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Este trabalho se sustenta a partir de uma reflexão sobre o papel do currículo na formação das juventudes no ensino médio, considerando as múltiplas dimensões que atravessam o processo educativo no contexto brasileiro. Partimos da compreensão de que o currículo não é neutro, mas constituído historicamente por disputas, interesses e intencionalidades que influenciam diretamente a formação dos/as estudantes (Silva, 2011; Paraíso, 2023). Nesse sentido, esta seção apresenta conceitos fundamentais acerca do currículo, com foco no currículo do ensino médio em suas concepções, reformas e tensões, dialogando com os desafios enfrentados pelas juventudes.

O ensino médio, no contexto da educação brasileira, como dissemos anteriormente, é a fase final da educação básica, conforme definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), tendo como finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, bem como a preparação básica para o trabalho e para o exercício da cidadania. Nesse sentido, logo pensamos que o ensino médio ocupa um lugar estratégico na formação dos/as estudantes, especialmente por se constituir como um momento de definição de projetos de vida, escolhas profissionais e construção de identidades.

Nesta fundamentação teórica buscamos articular os conceitos de currículo, juventudes, ENEM, reforma do ensino médio e BNCC, que são base para este trabalho. A partir dessa articulação, procuramos mostrar os sentidos pedagógicos da relação entre as juventudes no ensino médio e a centralidade atribuída ao ENEM.

Refletir sobre as juventudes no contexto escolar implica reconhecer que não existe uma única maneira de ser jovem. A juventude é uma categoria plural, marcada por

diferentes trajetórias, experiências, identidades, condições econômicas e expectativas de vida (Meyer; Felix, 2014). No espaço escolar, essa pluralidade aparece nas formas de aprender, de se relacionar e de projetar o futuro. Assim, compreender as juventudes do ensino médio exige considerar não apenas a idade ou o nível de escolaridade, mas os sentidos que os próprios jovens atribuem à escola e ao seu processo formativo (Dayrell; Carrano, 2014).

No ensino médio, as juventudes ocupam um lugar central nas políticas educacionais, nas discussões curriculares e na organização pedagógica. Entretanto, em diversos momentos durante episódios de avanços e retrocessos em torno da educação, são tratadas de maneira homogênea, como se todos/as os/as jovens compartilhassem os mesmos interesses, ritmos, renda, vivências e projetos. Essa visão dificulta a construção de práticas pedagógicas sensíveis às diversidades que atravessam o cotidiano escolar. Por isso, compreender quem são os/as jovens que frequentam a escola e quais são suas necessidades formativas é fundamental para pensar um currículo que dialogue com seus contextos sociais, culturais e emocionais. Para Dayrell e Carrano, a juventude é uma “categoria socialmente produzida”. E, por isso, “temos que levar em conta que as representações sobre a juventudes, os sentidos que se atribuem a essa fase da vida, a posição social dos jovens e o tratamento que lhes é dado pela sociedade ganham contornos particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos (Dayrell; Carrano, 2014, p. 110).

Na rede pública, frequentemente marcada por limitações estruturais e pela oferta restrita de itinerários formativos, o chamado projeto de vida tende a assumir um caráter mais tecnicista, voltado à inserção no mercado de trabalho. Já na rede privada, observa-se um direcionamento mais intenso para o preparo para o ENEM, reforçando uma lógica de desempenho e acesso ao ensino superior. De acordo com Bimbati (2026) entre 2024 e 2025, houve uma redução expressiva no número de matrículas, atingindo o menor patamar do século XXI “o Brasil sofreu uma queda de 6,2% no número de matrículas do ensino médio nas escolas públicas — o que equivale a 425 mil estudantes a menos”.

A ideia de autonomia e escolha, central ao projeto de vida, acaba sendo tensionada por práticas que, na realidade, orientam os estudantes para caminhos distintos, de acordo com suas condições sociais. Nesse sentido, Meyer e Felix (2014, p. 183) problematizam a noção de projeto de vida para as juventudes, indicando é preciso ampliar a compreensão sobre os/as jovens e “suas perspectivas e modos de olhar o mundo, rompendo as fronteiras da idealização e do adultocentrismo, usualmente acionados quando se discute esse tema”.

Além disso, as políticas públicas desenvolvidas para o ensino médio, como a BNCC (2018) e a Reforma do Ensino Médio (2017) apresentam concepções específicas sobre juventude, frequentemente associadas à preparação para o mercado de trabalho. Essa visão nem sempre contempla os/as jovens em sua totalidade, pois privilegia competências avaliáveis e resultados padronizados, deixando em segundo plano dimensões formativas mais amplas, como a participação social, o pensamento crítico e a autonomia. Assim, refletir sobre as juventudes significa defender uma formação que reconheça os/as jovens como sujeitos de direitos e como protagonistas dos seus processos de aprendizagem.

De acordo com Dayrell e Carrano (2014), as formas de viver a juventude são impactadas diretamente pela classe social. Para os autores, a juventude brasileira tem a sua vida atravessada pela necessidade de trabalhar e possuem baixos níveis de escolaridade, trabalhos precários e desemprego, violências e homicídios como realidades cotidianas da maioria dos/as jovens brasileiros (p. 114). Ou seja, as desigualdades sociais atravessam a vida dos/as jovens, impactando no sucesso ou não da sua trajetória escolar o que, segundo os autores, impõem “novos desafios às escolas” (Dayrell; Carrano, 2014, p. 114).

Ao refletirmos sobre o currículo do ensino médio no cenário educacional brasileiro, partimos do entendimento de que ele não se limita a um documento normativo, mas se constrói na articulação entre prescrições sejam oficiais, práticas escolares e experiências vividas pelos/as estudantes. Para Sacristán (2013), o currículo é uma construção social e política, marcada por escolhas que refletem interesses e projetos formativos, que vão se materializando de maneira distinta no cotidiano das escolas. Essa leitura nos permite problematizar documentos como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018), compreendendo-a não como um texto neutro, mas como uma orientação que influencia diretamente as práticas pedagógicas e a organização do ensino no Brasil, uma vez que reflete uma perspectiva mercadológica transposta para a educação a partir da ideia das competências, fortemente destacada no documento.

Paraíso (2010) amplia essa análise ao compreender o currículo como um espaço de disputas simbólicas, no qual se produzem sentidos e identidades, destacando que o currículo ensina muito além dos conteúdos formais, pois também define quais saberes são legitimados e quais experiências são silenciadas. Ao articular essas contribuições, torna-se possível analisar como o ENEM tende a orientar o currículo do ensino médio para uma lógica predominantemente preparatória (e mercadológica), o que pode limitar a formação integral dos/as estudantes e aprofundar desigualdades, especialmente quando desconsidera

as múltiplas realidades e trajetórias das juventudes que compõem as escolas espalhadas pelo Brasil. Segundo Silva:

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (Silva, 2007, p. 150).

Ou seja, o currículo é mais do que uma lista de conteúdos. Quando a organização curricular passa a ser fortemente orientada por exames em larga escala, como o ENEM, observamos o risco de uma redução do processo formativo a competências e conteúdos mensuráveis, em detrimento de uma formação contextualizada. Esse movimento tende a reforçar uma lógica seletiva que nem sempre considera as desigualdades educacionais e socioeconômicas que atravessam as trajetórias dos/as estudantes da escola pública.

Assim, ao problematizar o currículo como espaço de disputas em torno do que ensinar (Silva, 2011), este estudo problematiza a centralidade atribuída ao ENEM como forma de organização do que se deve estudar no ensino médio, tensionando o direito à educação e colocando em questão a promoção da equidade no acesso e na permanência dos/as jovens na escola.

Como temos dito, a implementação da BNCC (Brasil, 2018) e a Reforma do Ensino Médio (Brasil, 2017) provocaram transformações significativas na estrutura curricular, redefinindo objetivos, conteúdos e formas de organização. A Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, promoveu alterações estruturais significativas nessa etapa da educação básica. Entre as principais mudanças estão a ampliação da carga horária, a divisão entre Formação Geral Básica (FGB) e itinerários formativos, bem como a reorganização dos componentes curriculares por áreas do conhecimento. Segundo Leão (2018), a Reforma do Ensino Médio apresenta modificações significativas, quais sejam:

amplia progressivamente a carga horária diária no ensino médio para 1.400 horas/ano (7 horas/dia), devendo passar a no mínimo 1.000 horas/ano (5 horas/dia) no prazo de cinco anos. Para o caso dos estudantes que frequentam as escolas à noite, a lei prevê apenas a “oferta” da Educação de Jovens e Adultos e do ensino regular de acordo com as condições dos educandos, sem maiores detalhes. Além da ampliação do tempo, a lei institui cinco “itinerários formativos”: 1) Linguagens e suas tecnologias, 2) Matemática e suas tecnologias, 3) Ciências da natureza e suas tecnologias, 4) Ciências humanas e sociais aplicadas e 5) Formação técnica e profissional. Tais percursos serão ofertados por meio de diferentes arranjos curriculares a critério dos sistemas de

ensino, segundo suas possibilidades e relevância para o contexto local (Leão, 2018, p. 3).

Ao analisar Reforma do Ensino Médio (Brasil, 2017), notamos que o objetivo central foi, ao menos teoricamente, flexibilizar o percurso escolar e aproximá-lo dos interesses dos/as estudantes, possibilitando escolhas relacionadas às áreas de aprofundamento ou à formação técnica e profissional. Entretanto, a implementação prática dessa reforma revelou uma distância entre o texto legal e a realidade das escolas, especialmente na rede pública. Entendemos que a proposta de flexibilização e escolha encontra limites diante das condições concretas das escolas, como infraestrutura, recursos e formação docente, o que pode resultar em uma oferta limitada e desigual de itinerários.

Em 2018, a homologação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC do Ensino Médio consolidou o papel da formação geral básica proposta pela Reforma do Ensino Médio, definindo as competências e habilidades essenciais a serem desenvolvidas pelos/as estudantes. A BNCC trouxe a perspectiva de uma formação integral, centrada não apenas na transmissão de conteúdos, mas também no desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e cidadãs. A recente sanção da Lei nº 14.945/2024, que estabelece a nova Política Nacional de Ensino Médio, revoga parcialmente a reforma de 2017 e promove ajustes significativos, como o aumento da carga horária da FGB (para 2.400h) e a redução proporcional dos Itinerários Formativos (para 600h), além da obrigatoriedade de todas as disciplinas tradicionais. Este movimento sinaliza um reconhecimento oficial dos problemas de implementação da Reforma do Ensino Médio anterior.

Compreendemos, dessa forma, a existência de uma disputa entre duas diferentes lógicas: uma que defende o desenvolvimento integral dos/as jovens e outra que prioriza conteúdos voltados ao desempenho em avaliações externas. O desafio das escolas e dos/as educadores/as é equilibrar essas demandas, promovendo o ensino médio como espaço de construção de identidades, pensamento crítico e experiências formativas amplas, independentemente das pressões externas que condicionam a prática pedagógica.

Para Leão (2018, p 8), com o Novo Ensino Médio, “a pretexto de “flexibilizar” a organização curricular das escolas de ensino médio, torna mais enrijecida e empobrecida a formação oferecida”. A suposta flexibilização do currículo seria real para as redes de ensino e não para os/as jovens. Nas palavras do autor:

há flexibilização da oferta para os sistemas de ensino, o que atende à demanda de governadores e gestores estaduais. No entanto, para os jovens estudantes, estreitam-se as possibilidades. Opta-se por uma formação fragmentada em áreas

do conhecimento e corre-se o risco de produzir um quadro caótico nas redes como uma resposta à obrigatoriedade legal da universalização do ensino médio (Leão, 2018, p. 8).

Assim, refletir sobre o currículo do ensino médio significa compreender que, assim como todos os demais, ele não é neutro. Ele expressa interesses e prioridades de grupos e políticas que orientam a educação. Nesse cenário, torna-se essencial analisar como essas escolhas curriculares dialogam ou deixam de dialogar com as necessidades reais das juventudes e com os objetivos de uma formação que ultrapasse a simples preparação técnica.

O Exame Nacional do Ensino Médio é, atualmente, a principal forma de ingresso ao ensino superior no Brasil. Com isso, sua influência sobre o cotidiano escolar cresceu a ponto de reorganizar práticas, conteúdos e prioridades pedagógicas, como já afirmamos. Muitas escolas e redes de ensino ajustam seus currículos para atender às exigências do exame, privilegiando áreas e habilidades mais cobradas.

Essa lógica preparatória transforma o ensino médio em uma etapa quase exclusiva de treinamento, reduzindo a motivação dos/as estudantes ao alcance de notas e à aprovação. Tal movimento impacta diretamente a formação das juventudes, pois limita o desenvolvimento de competências amplas como reflexão crítica, criatividade, autonomia intelectual, participação social e leitura de mundo. Ao focar no desempenho, corre-se o risco de esvaziar o sentido da educação básica como direito e como experiência de humanização. Leão (2018, p. 10) “os jovens que chegaram ao ensino médio nos últimos vinte anos são outros, em termos de origem social, raça, territórios, orientações sexuais etc., como também o perfil e a relação dos professores com a docência se alterou muito nesse período”. Essa diversidade de expressões da juventude não pode ser ensinada a partir de um repertório único, pautado em uma lógica mercadológica que não contempla as diversidades.

Outro aspecto importante é que o ENEM, apesar de ser um exame nacional, não consegue considerar plenamente as desigualdades sociais, territoriais e escolares do Brasil. Assim, quando o currículo se orienta por esse exame, tende a reproduzir essas desigualdades, penalizando jovens que já enfrentam barreiras estruturais. Essa lógica contribui para reforçar um ensino médio que é desigual, no qual as oportunidades de aprendizado variam de acordo com as condições materiais e pedagógicas de cada escola (Leão, 2018).

No entanto, o ENEM pode ser um instrumento útil de avaliação e acesso ao ensino superior, mas não deve definir sozinho o que deve ou não ser ensinado no ensino médio. Uma formação mais ampla requer equilíbrio entre o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais, culturais e emocionais, permitindo que os/as jovens ampliem suas perspectivas de vida e compreendam seu papel no mundo e não apenas no mundo/mercado de trabalho. Sobre isso, Leão afirma que:

Parece que o ofício de aluno constitui-se cada vez mais como uma experiência ambígua para os jovens contemporâneos. Em um cenário em que ter o diploma abre maiores possibilidades de inserção social e profissional, cumprir sua trajetória escolar com um mínimo de regularidade se torna uma imposição. Ao mesmo tempo, ele deve adequar-se à vida escolar em uma instituição pouco permeável às experiências sociais e culturais da sua vida, que de um lado exige um grande esforço e de outro escancara a falta de sentido de muitos conteúdos (Leão, 2018, p. 13).

Assim, as quatro categorias de análise que sustentam essa pesquisa: Juventudes, Currículo, Ensino Médio e ENEM estão profundamente interligadas. Compreender as juventudes é essencial para pensar o currículo; compreender o currículo é fundamental para interpretar como está o ensino ofertado nas escolas e como o ENEM reorganiza essa formação escolar. Assim, tal fundamentação teórica busca construir um olhar crítico que permita analisar a influência da lógica preparatória sobre a formação dos jovens, questionando até que ponto essa centralidade do exame respeita suas necessidades e seus direitos educacionais.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, bibliográfica e documental, desenvolvida com o objetivo de compreender como o currículo do ensino médio tem sido estruturado a partir da lógica preparatória para o ENEM e quais são os impactos dessa organização para as juventudes brasileiras. A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar a interpretação dos discursos, sentidos e contextos envolvidos no fenômeno estudado, considerando que, conforme Minayo (2010), esse tipo de investigação busca compreender a realidade a partir do significado atribuído pelos sujeitos e pelas práticas sociais. Nessa mesma linha, Flick (2009) afirma que a pesquisa qualitativa privilegia a análise detalhada dos materiais estudados, permitindo captar nuances, contradições e dimensões interpretativas que extrapolam a mensuração numérica.

A pesquisa também assume caráter bibliográfico, pois se fundamenta na análise de produções acadêmicas já publicadas, tais como artigos, livros e estudos relacionados à temática. Gil (2017) destaca que a pesquisa bibliográfica possibilita revisitar, sistematizar e aprofundar o conhecimento existente sobre determinado tema, contribuindo para a construção do estado da arte. Associada ao caráter bibliográfico, nossa pesquisa também se constitui como documental, uma vez que utilizamos materiais oficiais que orientam e normatizam a organização da Educação Básica no Brasil. Segundo Marconi e Lakatos (2018), a pesquisa documental analisa documentos institucionais que não receberam tratamento científico prévio, permitindo ao/à pesquisador/a interpretá-los.

Neste trabalho, utilizamos como fonte os seguintes documentos: a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (2018), Lei nº 13.415/2017, conhecida como Reforma do Ensino Médio e normativas do Ministério da Educação relacionadas à estruturação do currículo, que foram fundamentais para compreender os princípios, intenções formativas e orientações legais que orientam a oferta dessa etapa da escolarização.

A coleta dos dados foi realizada na *Plataforma Scientific Electronic Library Online* (SciELO), por meio do uso das seguintes palavras-chaves: “ENEM”, “CURRÍCULO”, “JUVENTUDES” e “ENSINO MÉDIO”, com recorte temporal definido entre 2020 e 2025. Foram incluídos artigos que apresentavam relação direta com o campo educacional e que dialogavam com o problema de pesquisa por meio dos títulos, resumos e palavras-chave, além de artigos publicados exclusivamente em língua portuguesa. Foram excluídos textos que não apresentavam consonância com a temática, que tratavam de áreas distantes do foco da pesquisa e publicados em outros idiomas. Após essa filtragem inicial, realizamos uma análise minuciosa dos títulos e resumos, o que permitiu definir o conjunto de produções analisadas nesta pesquisa.

A busca no *SciELO*, realizada em dezembro de 2025, apresentou os seguintes resultados: para o descritor ENEM, foram encontrados 63 artigos publicados entre 2020 e 2025, dos quais 42 estavam relacionados diretamente à educação; para currículo, foram localizados 663 artigos no mesmo período, sendo 396 vinculados à área educacional; para juventudes, foram identificados 77 artigos entre 2020 e 2025, dos quais 21 tratavam da temática educacional; e para ensino médio, foram encontrados 895 artigos entre 2020 e 2025, dos quais 482 se relacionavam à educação. Esses dados evidenciam que as temáticas escolhidas possuem ampla produção científica recente, reforçando a relevância e a atualidade do debate que fundamenta nosso tema de pesquisa.

Para a construção do presente artigo, foi realizado um levantamento de produções científicas sobre o Ensino Médio, a partir de periódicos da área da Educação. Inicialmente, foram identificados 10 artigos, e elencados na Tabela 1, com base na discussão temática, no período de publicação e na relevância acadêmica das discussões apresentadas.

Em um segundo momento, procedemos com a leitura dos títulos e resumos e, posteriormente, dos textos na íntegra, com o objetivo de analisar cada artigo mapeado em relação ao foco central deste estudo.

A partir dessa análise, foi realizado um processo de exclusão dos artigos que, embora pertinentes ao campo educacional, não se alinhavam de forma direta ao tema delimitado neste artigo. Dessa forma, foram selecionados três artigos, por apresentarem maior proximidade com a problemática investigada e por contribuírem de maneira mais consistente para a análise desenvolvida. Assim, do total de 10 artigos inicialmente analisados, 3 compõem a análise deste artigo, conforme apresentado na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1: Trabalhos Mapeados e Analisados

Título	Autores/as	Ano de Publicação	Periódico	Link de Acesso
“Tão longe, de mim distante”, mas no futuro espero estar formado: As ações afirmativas da Unicamp na perspectiva dos estudantes de escolas públicas	Ana Maria Carneiro, Juliana Arruda Leite e Luciane Politi Lotti	2025	Pró-Posições	https://doi.org/10.1590/1980-6248-2023-0069BR
Escola pública e discurso meritocrático: propostas da reforma do ensino médio e expectativas dos estudantes	Danyelle Nilin Gonçalves; Irapuan Peixoto Lima Filho; Harlon Romariz Rabelo Santos	2024	Educação & Pesquisa	https://doi.org/10.1590/S1678-4634202450273348 por

A questão do protagonismo juvenil no Ensino Médio brasileiro: uma crítica curricular	Roberto Rafael Dias da Silva	2023	Ensaio: Avaliação em Políticas Públicas em Educação	https://doi.org/10.1590/S0104-4036202200300342 7
--	------------------------------	------	---	--

Fonte: Autoria própria (2026).

Neste trabalho, foram utilizados recursos de inteligência artificial, de forma ética e transparente, exclusivamente como ferramenta de apoio ao processo de elaboração textual, por meio do ChatGPT, desenvolvido pela OpenAI. Seu uso restringiu-se ao auxílio na revisão ortográfica e gramatical, adequação à norma padrão da língua portuguesa, correção de acentuação, formatação de referências bibliográficas, tradução do resumo para a língua inglesa (*abstract*), revisão das referências conforme as normas da Associação Brasileira das Normas Técnicas (ABNT), sugestões de ajustes linguísticos e apoio à organização lógica das ideias, sem substituição da nossa autoria intelectual. Ressaltamos, assim, que este trabalho é de inteira responsabilidade dos/as autores/as, cabendo à inteligência artificial apenas uma função instrumental de apoio técnico durante a elaboração do texto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A discussão sobre currículo do ensino médio, quando relacionada ao acesso ao ensino superior, revela tensões históricas entre mérito, desigualdade e políticas educacionais. No estudo de Carneiro, Leite e Lotti (2025), ao analisar as ações afirmativas da Unicamp sob a perspectiva de estudantes que eram de escolas públicas, evidencia-se que o acesso à universidade não se reduz apenas à capacidade individual de desempenho em avaliações como o ENEM. As autoras demonstram que fatores estruturais como condições de ensino, trajetórias escolares desiguais e expectativas socialmente construídas interferem sim diretamente na forma como esses jovens percebem suas possibilidades de ingresso no ensino superior. Nesse sentido, o currículo vivido na escola pública aparece como um elemento que, muitas vezes, não dialoga plenamente com as exigências desses processos seletivos, produzindo um sentimento de distância simbólica entre o estudante e a universidade.

Para Bassotto e Furlanetto (2014) existem três tipos de dificuldades que impactam na permanência de jovens na universidade, seriam elas: dificuldades financeiras (gastos

com alimentação, moradia, materiais didáticos e outras necessidades); dificuldades de gestão do tempo (conciliar estudos, trabalho e vida pessoal) e dificuldades de adaptação (ajustar-se à nova rotina e às exigências acadêmicas). As dificuldades de adaptação são as que possuem relação direta com o currículo, uma vez que esses/as estudantes que chegam do ensino médio estão acostumados a estudar para “passar no ENEM” e precisam aprender a estudar a partir de outra linguagem. Para Coulon (2017), a passagem do ensino médio e a entrada no ensino superior demandam mudanças importantes na relação com o saber.

A Constituição Federal de 1988, no Art. 6º, assegura a educação como um direito social fundamental, ao lado da saúde, alimentação, moradia, cultura e outros. No entanto, é preciso questionar se tal direito tem sido, de fato, garantido a todos os cidadãos de forma equitativa, especialmente diante das disparidades regionais, socioeconômicas e culturais que permeiam o país. Nessa ótica se parte algumas indagações: Como estão sendo estruturados os currículos escolares frente tais exigências do ENEM? A informação e a preparação chegam a todos os estudantes com equidade? A aplicação das provas respeita as especificidades dos diferentes contextos sociais e regionais? São essas provocações que são levantadas, no sentido de compreender também a essa lógica preparatória que antecede as provas nas escolas, durante a prova e pós prova.

Em diálogo com essa análise, Gonçalves, Lima Filho e Santos (2024) problematizam o discurso meritocrático presente nas propostas da reforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017), destacando como ele se sustenta na ideia de que o esforço individual seria suficiente para garantir bons resultados educacionais. A partir das expectativas dos/as estudantes da escola pública, os/as autores/as apontam que tal discurso desconsidera as desigualdades concretas que atravessam o cotidiano escolar, especialmente no que se refere à organização curricular. A centralidade conferida às avaliações externas, como o ENEM, tende a orientar práticas pedagógicas voltadas mais para o treinamento e o desempenho em provas do que para uma formação crítica e integral, reforçando a lógica de competição e responsabilização individual.

Dessa forma, os dois estudos convergem ao evidenciar que o currículo do ensino médio, ao ser progressivamente moldado pela lógica avaliativa do ENEM, acaba reproduzindo desigualdades educacionais já existentes. Enquanto as ações afirmativas buscam reduzir os efeitos dessas desigualdades no acesso ao ensino superior, a organização curricular da escola pública ainda enfrenta limites para garantir uma preparação equitativa. Assim, pensar o currículo para além do desempenho em exames

torna-se fundamental para assegurar uma formação que reconheça as juventudes em sua diversidade e promova, de fato, o direito à educação em condições mais justas.

No artigo “A questão do protagonismo juvenil no Ensino Médio brasileiro: uma crítica curricular”, publicado em 2023, Roberto Rafael Dias da Silva faz um estudo aprofundado em diversos autores para analisar de forma crítica como a BNCC (2018) e a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), passaram a defender o protagonismo juvenil como um dos princípios centrais da formação escolar, como projetos de vida, flexibilização curricular e itinerários formativos, apresentando o/a estudante como responsável pelas próprias escolhas e trajetórias. Entretanto, o estudo problematiza que essa lógica pode reforçar desigualdades e limitar uma formação mais crítica e integral das juventudes, especialmente das escolas públicas.

Ao refletirmos sobre como o currículo do ensino médio vem sendo organizado, percebemos que essa construção interfere diretamente na prática pedagógica e na maneira como os/as estudantes experienciam sua formação. Como já dissemos, o currículo não é apenas uma seleção de conteúdos; ele reflete concepções de educação, escolhas políticas e sociais, além de expectativas sobre quem são os jovens e qual deve ser o papel da escola (Silva, 2011). Quando essas escolhas passam a ser guiadas quase integralmente pelas demandas do ENEM, a escola tende a reduzir sua função pedagógica, limitando o potencial formativo dessa etapa.

Do ponto de vista pedagógico, essa lógica curricular baseada na preparação para o ENEM impacta tanto o trabalho dos/as professores/as quanto o processo de aprendizagem dos/as jovens. Os/As docentes, muitas vezes, vêm-se pressionados a priorizar estratégias de ensino voltadas ao rendimento imediato, o que deixa em segundo plano competências essenciais previstas pelas diretrizes educacionais, como a capacidade crítica, a autonomia intelectual, a pesquisa e o diálogo. Assim, práticas de ensino mais significativas acabam perdendo espaço para métodos que funcionam como treinamentos, desconectados da realidade dos estudantes. Para Leão (2018, p. 14), “esse tipo de postura que invalida e silencia a voz dos jovens se sustenta a partir de compreensões limitadas sobre a juventude que a reduzem a uma mera fase de imaturidade, problemática e transitória”.

Essa dinâmica também afeta profundamente as juventudes. A experiência escolar, que deveria ser marcada por descobertas, expressão cultural e construção de identidade, passa a ser vivida sob constante cobrança de resultados. Essa pressão se intensifica no contexto da Reforma do Ensino Médio (Brasil, 2017), que, apesar das alterações

posteriores na legislação, mantém elementos centrais relacionados à uma lógica de formação voltada ao mercado de trabalho e reforça uma concepção utilitarista da educação. Para muitos/as estudantes, sobretudo aqueles/as em situação de vulnerabilidade, esse modelo curricular acentua desigualdades, já que nem todos/as possuem as mesmas condições para responder às exigências do exame ou às flexibilizações propostas pela reforma.

Outro ponto que nos preocupa é a persistência de discursos meritocráticos no ambiente escolar, que atribuem sucesso ou fracasso apenas ao esforço individual. Essa visão ignora fatores sociais, econômicos e afetivos que fazem parte da trajetória dos jovens e contribuem para naturalizar injustiças históricas. Do ponto de vista pedagógico, esse modo de compreender o desempenho escolar vai na contramão da formação integral, que reconhece o/a estudante em sua integralidade, como sujeito social, cultural e emocional.

A partir dessas reflexões, também problematizamos o lugar assumido pela avaliação na educação contemporânea. Ainda que frequentemente seja apresentada como a etapa final do processo educativo, ela passa a exercer influência sobre aquilo que é ensinado, sobre as práticas pedagógicas e sobre as experiências vividas pelos estudantes. Dessa forma, a avaliação deixa de ser apenas um instrumento de acompanhamento da aprendizagem e passa a orientar a dinâmica escolar, levando-nos a questionar em que medida as práticas educativas têm sido organizadas em função da formação integral dos sujeitos ou do alcance de resultados previamente estabelecidos.

Diante disso, entendemos que é fundamental desenvolver uma reflexão crítica sobre as relações entre currículo, juventudes e a centralidade que o ENEM assume na escola. Questionar esse modelo é essencial para compreender se as propostas curriculares em vigor realmente respondem às necessidades e às diversidades dos/as jovens que ocupam o ensino médio hoje. Pensar pedagogicamente o currículo implica considerar as diferenças, ampliar possibilidades de aprendizagem, reconhecer ritmos e contextos variados e construir práticas que favoreçam a autonomia e a participação ativa dos estudantes. Assim, defendemos a escola como espaço de desenvolvimento humano integral, e não apenas como preparação para exames ou atendimento às demandas do mercado.

5. CONCLUSÃO

Diante das reflexões construídas ao longo desta pesquisa, compreendemos que a centralidade atribuída ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) vem influenciando não apenas as experiências das juventudes no ensino médio, mas também a organização pedagógica das escolas e os modos como o currículo tem sido estruturado atualmente. Ao longo deste trabalho foi possível perceber que a lógica preparatória para o ENEM atravessa práticas pedagógicas, planejamentos escolares e decisões curriculares, muitas vezes direcionando o foco à formação dos/as estudantes para resultados avaliativos e para o ingresso ao ensino superior.

Nesse sentido, as discussões realizadas durante o percurso nos permitiram compreender que o currículo não se constitui de forma neutra, mas como um espaço de escolhas, disputas e intencionalidades pedagógicas. Assim, refletir sobre os sentidos pedagógicos da formação no ensino médio também significa pensar como gestores/as, coordenadores/as pedagógicos/as e todo corpo docente interpretam, organizam e implementam essas propostas curriculares no cotidiano escolar. Mesmo não sendo a área de atuação direta do pedagogo/a em sala no ensino médio, a Pedagogia se faz presente nos processos de gestão, planejamento, acompanhamento curricular e organização das práticas educativas que atravessam essa etapa da educação básica. Além disso, a Pedagogia é a área que estuda os processos pedagógicos de forma mais ampla.

Este trabalho nos permitiu observar que as recentes políticas educacionais, como a Reforma do Ensino Médio (Brasil, 2017) e a BNCC (Brasil, 2018), promoveram mudanças significativas na organização curricular desta etapa da educação básica. Entre seus principais elementos, destacam-se a flexibilização dos percursos formativos, a valorização do projeto de vida e a ênfase no desenvolvimento de competências e habilidades. Tais propostas ampliaram debates acerca dos objetivos da escolarização e das formas de organização do currículo. Porém, observamos que esses documentos apresentam tensões relacionadas às desigualdades educacionais e às diferentes realidades vivenciadas pelas juventudes brasileiras. Assim, a forte influência do ENEM nos currículos do ensino médio acaba, muitas vezes, reduzindo possibilidades de uma formação mais ampla, crítica e significativa, especialmente nas escolas públicas, nas quais há limitações estruturais e sociais que impactam diretamente as experiências escolares dos/as estudantes.

Dessa forma, torna-se fundamental ampliar os debates pedagógicos acerca do currículo e das finalidades da educação escolar, compreendendo que a escola deve

ultrapassar perspectivas centradas apenas na preparação para avaliações externas. Isto vale pensar pedagogicamente que o currículo implica considerar os sujeitos em suas múltiplas realidades, reconhecendo as diversidades presentes nas juventudes e fortalecendo assim práticas educativas que favoreçam a autonomia, a criticidade e a formação humana integral.

Assim, esperamos que esta pesquisa contribua com as reflexões no campo da Pedagogia acerca das relações entre currículo, juventudes e ensino médio, possibilitando um olhar mais crítico sobre os processos de organização curricular e sobre os sentidos que vêm sendo atribuídos à formação no ensino médio contemporâneo e futuro.

REFERÊNCIAS:

AOS FATOS. **Haddad reformulou o Enem, mas o exame foi criado pelo governo FHC.** São Paulo, 19 nov. 2025. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org>.> Acesso em: 1 jun. 2026.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

BASSOTTO, Simone Aparecida Silva Angelo; FURLANETTO, Ecilde Cunico. Desafios enfrentados pelos alunos de Pedagogia para inserção no ensino superior. **Educação & Linguagem**, v. 17, n. 1, p. 223-237, jan./jun. 2014.

BIMBATI, Ana Paula. **Ensino médio registra queda de 425 mil alunos, aponta Censo Escolar 2025.** UOL Educação, São Paulo, 26 fev. 2026. Acesso em: 5 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.> Acesso em: 1 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>.> Acesso em: 1 jun. 2026.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>.> Acesso em: 1 jun. 2026.

CARNEIRO, Ana Maria; LEITE, Juliana Pires de Arruda; LOTTI, Luciane Politi. “Tão longe, de mim distante”, mas no futuro espero estar formado: as ações afirmativas da Unicamp na perspectiva dos estudantes de escolas públicas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 36, e2025c0101BR, 2025. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-6248-2023-0069BR>.> Acesso em: 29 maio 2026.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez. 2017.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juarez Tarcísio Dayrell. **IHU On-Line**, São Leopoldo, 2008. Entrevista. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2138-juarez-tarcisio-dayrell>> Acesso em: 31 maio 2026.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (org.). **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

G1. **Em um ano, Brasil tem queda de 1 milhão de matrículas nas escolas; ensino médio registra menor número de alunos do século**. 26 fev. 2026. Disponível em: <<https://g1.globo.com>> Acesso em: 18 abr. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GONÇALVES, Danyelle Nilin; LIMA FILHO, Irapuan Peixoto; SANTOS, Harlon Romariz Rabelo. Escola pública e discurso meritocrático: propostas da reforma do ensino médio e expectativas dos estudantes. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 50, e273348, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202450273348por>> Acesso em: 31 maio 2026.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Primeira aplicação do Enem completa 20 anos nesta quinta-feira**, 30 de agosto. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep>> Acesso em: 1 jun. 2026.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório final 1998-2013: Enem**. Brasília: Inep, 2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep>> Acesso em: 12 abr. 2026.

LEÃO, Geraldo. O que os jovens podem esperar da Reforma do Ensino Médio brasileiro? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 34, e177494, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MEYER, Dagmar; FELIX, Jeane. Entre o ser e o querer ser: jovens soropositivos(as), projetos de vida e educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p. 181-206, abr./jun. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MONTESANTI, Beatriz. **O Enem das universidades: exame virou porta de acesso e democratização do ensino superior devido ao conjunto de políticas públicas**. UOL Notícias, 20 nov. 2021. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/enem-2021-a-porta-de-acesso-ao-ensino-superior/>> Acesso em: 1 jun. 2026.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Currículos: teorias e políticas**. São Paulo: Contexto, 2023.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. A questão do protagonismo juvenil no Ensino Médio brasileiro: uma crítica curricular. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 118, p. 1-22, 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 11. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VAI CAIR NO ENEM. **25 anos do ENEM: origens e mudanças do vestibular**. 2023.

Disponível em:

<<https://www.vaicairnoenem.com/2023/11/13/25-anos-do-enem-origens-e-mudancas-do-vestibular>> Acesso em: 1 jun. 2026.